

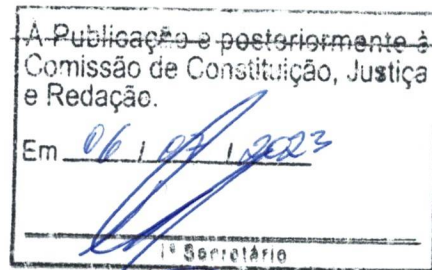
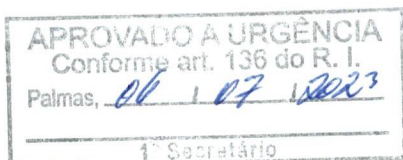
**URGENTE**



Estado do Tocantins  
Poder Legislativo

DIRLEG-AL  
Fls. 02  
9

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 12 /2023.



*Institui a confecção de Cartões de Apresentação institucional acrescido de impressão em "braile".*

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso das atribuições constitucionais, legais e regimentais, RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituído que os Cartões de Apresentação Institucional conterão, além das informações escritas, a impressão em "Braille", a fim de que possam alcançar os portadores de deficiência visual.

Art. 2º Os cartões serão confeccionados em papel especial para escrita em "braile", mantendo o *layout* estabelecido pela Diretoria de Comunicação da Assembleia Legislativa, o brasão oficial do Estado do Tocantins e as informações pessoais de cada Parlamentar.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES PLENÁRIAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, aos 04 dias do mês de julho de 2023.

#### JUSTIFICATIVA



Estado do Tocantins  
Poder Legislativo

A presente medida legislativa tem por finalidade assegurar aos portadores de deficiência visual o direito ao acesso às informações e contato direto dos Parlamentares sem a ajuda de terceiros, respeitando suas limitações e contribuindo com a inclusão e autonomia dos indivíduos.

O sistema braille foi criado em 1825 pelo jovem francês Louis Braille. É um código universal que permite às pessoas portadoras de deficiência visual beneficiar-se da escrita e da leitura, favorecendo o acesso ao conhecimento, a sua inclusão na sociedade e o exercício da cidadania.

O sistema de leitura tátil e escrita braille é o mais completo e eficiente meio de acesso à educação e à informação para a pessoa portadora de deficiência visual.

Existem, no Brasil, mais de 6,5 milhões de pessoas com deficiência visual, sendo 582 mil cegas e 6 milhões com baixa visão. (Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei. 13.146/2015), dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência, dentre os quais se destaca o direito à “disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas”.

Artigo 9

1.A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. Essas medidas, que incluirão a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, serão aplicadas, entre outros, a:

(...)

b) Informações, comunicações e outros serviços, inclusive serviços eletrônicos e serviços de emergência.

2.Os Estados Partes também tomarão medidas apropriadas para:

a) Desenvolver, promulgar e monitorar a implementação de normas e diretrizes mínimas para a acessibilidade das instalações e dos serviços abertos ao público ou de uso público;

Assinatura manuscrita em azul, localizada no canto inferior direito da página.



Estado do Tocantins  
Poder Legislativo  
(...)

f) Promover outras formas apropriadas de assistência e apoio a pessoas com deficiência, a fim de assegurar a essas pessoas o acesso a informações;

g) Promover o acesso de pessoas com deficiência a novos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, inclusive à Internet;

(...)

Destaque-se que a proposição mostra-se plena e materialmente compatível com o corpo constitucional, notadamente com o princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF/88) e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º IV, CF/88).

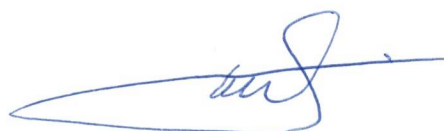
A deficiência, seja ela qual for, não é apenas uma questão individual, mas sim uma questão social. Nesse viés, mitigar os obstáculos encontrados diariamente por milhares de deficientes visuais brasileiros é tarefa do poder público.

Há que se garantir as devidas condições de acessibilidade a todos os indivíduos e tal medida visa corroborar com a integração da pessoa com deficiência visual, contribuindo para que estas tenham assegurados o seu direito a inclusão social, e a sua autonomia.

Destacam-se, desta forma, os relevantes motivos que fundamentam iniciativa, que se reveste de inegável interesse público e a convicção de que se emprestará ao Presente Projeto o apoio indispensável para sua aprovação.



**EDUARDO MANTOAN**  
Deputado Estadual





Imprimir



**Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins de Palmas - TO**  
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

**RECIBO DE ENVIO DE PROPOSIÇÃO**

Código do Documento:

**P306f039a0fed9a708907e1d3aaadf06K9481**Tipo de Proposição: **Projeto de  
Resolução**Autor: **EDUARDO MANTOAN**Enviada por: **EDUARDO  
MANTOAN MANTOAN**  
(dep.eduardo.mantoan)Descrição: **Institui a confecção de Cartões de Apresentação  
institucional acrescido de impressão em "braille".**Data de Envio: **04/07/2023 09:17:06**

Declaro que o conteúdo do texto impresso em anexo é idêntico ao conteúdo enviado eletronicamente por  
meio do sistema SAPL para esta proposição.

  
\_\_\_\_\_  
EDUARDO MANTOAN